



INCLUSÃO OU SEGREGAÇÃO? UM ESTUDO DE CASO SOBRE A “INCLUSÃO”

Taiana do Vale Figueiredo da Conceição¹
Kátia Regina Lopes Costa²

GT6 - Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade.

RESUMO

O artigo escrito tem como proposta trazer ao conhecimento do leitor sobre como vem sendo praticado a inclusão nas escolas, primeiramente esclarecendo como ela deveria ser realizada, as acessibilidades nas instituições, adaptações nas escolas. Sendo analisadas apenas duas instituições para fazer um parâmetro entre escola pública e privada para entender as necessidades, a formação dos docentes, postura e projetos da instituição tudo isso visando à inclusão das crianças com deficiência. Após as pesquisas foi observado que, nas instituições existe hoje apenas integração das crianças com deficiências, a inclusão superficialmente executada nos faz pensar em o quanto o docente precisa estar preparado e capacitado para atender a todos.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação Inclusiva. Segregação.

ABSTRACT

The paper aims to bring to the reader 's knowledge about how the inclusion in schools has been practiced, first clarifying how it should be done, accessibility in institutions, adaptations in schools. Being analyzed only two institutions to make a parameter between public and private school to understand the needs, the training of teachers, posture and projects of the institution all this aiming at the inclusion of children with disabilities. After the researches, it was observed that, in the institutions, there is only integration of children with disabilities, the superficial inclusion made us think about how much the teacher needs to be prepared and able to attend to all.

Keywords: Accessibility. Inclusive Education. Segregation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em recorte de trabalho de conclusão do curso, que teve como princípio esclarecer a maneira como a inclusão ocorre em sala de aula, reconhecendo os avanços que ocorreram na área, mas, sobretudo, os desafios que ainda persistem. Tendo como

¹ Estudante de Pedagogia da Faculdade Maurício de Nassau. E-mail: <taianafigueiredo@gmail.com>.

² Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Pedagoga e Psicopedagoga. Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Maurício de Nassau, Pedagoga do Centro de Atendimento Educacional Especializado João Cardoso do Nascimento Júnior. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educativas e Práticas Escolares (UFS/CNPq). E-mail: <profkat.rlc@gmail.com>.



base algumas experiências com a professora Kátia Regina Lopes Costa, da Faculdade Maurício de Nassau, Doutora na área de inclusão, que sempre nos motivou a buscar informações sobre a atuação docente quanto ao acolhimento em salas regulares para crianças com deficiência.

A proposta inicial era de analisar o processo de inclusão em duas unidades escolares, uma da rede privada e uma da rede pública, com relação a metodologia, acessibilidade e acolhimento, nas salas de ensino regular.

Percebe-se que ainda existe muito a se falar sobre o tema, uma vez que situações diversas podem facilitar ou dificultar a aprendizagem das crianças com deficiência nas instituições. Apoiando-se em leis e teóricos com conhecimentos na área de inclusão a pesquisa buscou esclarecer o que seria a inclusão e como ela é realizada.

Com isso, toda a pesquisa é voltada para algumas problemáticas, qual a metodologia utilizada para as crianças com deficiência, seja ela intelectual, cognitiva ou física? A adaptação é do aluno para a instituição ou o contrário? Qual formação ou capacitação é dada ao docente para atender a esse público?

Diante dessas circunstâncias foi cuidadosamente relatado todo o percurso desses alunos nas salas de ensino regular pesquisadas, uma vez que as salas de recursos constituem em atendimento educacional especializado para as crianças, nas quais seu atendimento deve ocorrer em horários opostos as aulas, com a função de trabalhar as necessidades específicas das deficiências, mediando e facilitando a aprendizagem dos conteúdos abordados em sala de aula.

Assim, este artigo encontra-se organizado em três momentos, a princípio as questões bibliográficas, onde busca esclarecer o que é a inclusão e como deve ocorrer esse processo, mostrando o avanço conquistado ao incluir as crianças com deficiência nas salas do ensino regular. No segundo momento, são explorados os dados referentes às entrevistas nas escolas, as dificuldades enfrentadas pelas instituições, a formação e interesses dos docentes para atender da melhor forma as crianças com deficiência e a acessibilidade para melhor adaptação. Como os coordenadores, organizam os eventos e projetos junto a sua equipe pedagógica, para a integração dos alunos com deficiência.

No terceiro momento, trata-se das considerações finais onde relato como foi o processo de investigação para os questionamentos citados anteriormente e os resultados perante a acessibilidade e inclusão das crianças com deficiência.



A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Como previsto em lei as escolas precisam adaptar-se a realidade do aluno, não o contrário, acessibilidade é um direito de todos. As dificuldades de acessibilidade para toda e qualquer criança com deficiência, em primeira estância, é de responsabilidade governamental, seguindo de responsabilidades dos pais e educacional das instituições, sejam elas públicas ou privadas. Conforme previsto na lei 9.394/96: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL, 1996).

Entretanto, muitas escolas parecem negar esse direito de maneira camuflada ao receber esses alunos e não lhes dar o suporte devido. Segundo Stainback & Stainback (1999), “o ensino inclusivo refere-se a inclusão de todos e independe de deficiência, talento, origem socioeconômicas ou origem cultural. Desta forma, a escola deve promover uma sala de aula provedora atendendo a todas as necessidades dos alunos.”

Para concretização deste processo, as escolas devem promover oportunidades adequadas, além da teoria, a prática deveria ser realizada de maneira coesa. Segundo Carvalho (2016):

À teoria educacional cabe “pensar” a educação, por outro lado tem como missão subsidiar a prática, pois a relação entre teoria e prática deve ser indissociável. Não se trata, apenas, da apropriação das construções teóricas (as dos educadores, as dos filósofos, sociólogos, antropólogos etc.), mas de, ao colocá-las em prática, recriá-las, num verdadeiro processo de construção e aprimoramento teórico, a partir da própria prática. (CARVALHO, 2010, p. 21).

O homem é um ser investigador, sempre em busca de respostas para as indagações que surgem em seu cotidiano, com o ensino inclusivo não poderia ser diferente as buscas por esclarecimentos acerca do tema e suas práticas passou-se a pensar de que maneira poderia ocorrer o processo de inclusão e não segregação.

Os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência surgiram nos Países Nórdicos, em 1969, quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação. Sua noção de base é o princípio de normalização, que, não sendo específico da vida escolar, atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida das pessoas, sejam elas afetadas ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptção. (MANTOAN, 2003, p.15).



Esse movimento deu início a uma discussão que ainda tem muito a debater para, enfim, concretizar a inclusão nas salas de ensino regular, buscar respostas das inquietações do passado até os dias atuais.

Segundo o autor Silva (2014, p. 35), isso ainda não foi concretizado, como ele retrata com as seguintes palavras: “[...] A corroboração de outros estudiosos, insinua que há grande probabilidade de um grande número de pessoas com deficiência continuarem excluídas por muitos anos e outras morrerem na situação de exclusão.”

Sendo assim, pesquisadores da área de inclusão estão sempre visitando instituições para entender como é visto a inclusão diante de um mundo onde as deficiências estão sendo diagnosticadas cada vez mais cedo, com o avanço da tecnologia e da medicina, principalmente.

Com isso, existem relatos de professores que não se sentem capacitados a atuar na área ou uma certa resistência em dar aulas para crianças com de deficiência, conforme relatado por Carvalho (2016):

Os professores alegam (com toda razão) que, em seus cursos de formação, não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos de Educação Especial. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade. (CARVALHO, 2016, p.29).

Desta maneira, imagina-se que o professor que fosse melhor preparado poderia desenvolver habilidades e comportamentos mais positivos referente às pessoas com deficiência em sala de aula, uma vez que, estariam capacitados para desenvolver tais habilidades, propiciando um processo de ensino – aprendizagem e relacionamento professor e aluno de qualidade.

Em paralelo as dificuldades supracitadas, o pedagogo assumindo o caráter mediador e facilitador do entendimento do aluno, a melhor maneira de encará-las pode ser através de novas metodologias de ensino com base nos conhecimentos que o acompanham, utilizando-se dos materiais e recursos ofertados pela instituição de maneira a assegurar aos seus educandos meios para a socialização, aprendizado e crescimento. Segundo Macedo (2005), “as dificuldades que norteiam o ensino inclusivo, deve estimular ao docente uma



análise e reflexão, tomar uma posição e dominar o conhecimentos das definições, das características do trabalho do pedagogo frente a deficiência.”

Assim como os pedagogos, os pais devem exercer um poder e potencial na inclusão dos seus filhos nas salas de ensino regular, garantindo aos mesmos uma educação de qualidade para o seu desenvolvimento cognitivo. Na ideia de construir uma melhor condição educacional os pais não devem medir esforços para obter a atenção e didática dos seus filhos.

Segundo Stainback & Stainback (1999), “os pais têm papel fundamental na ressignificação do termo vencedor a vida de seus filhos, sua função é encarar seus medos e desviar-se do sentimento de culpa, evitando assim estabelecer rótulos recusar-se das percepções negativas da sociedade.” (STAINBACK & STAINBACK, 1999. p. 416).

Acredita-se que os pais, em sua maioria, têm o desejo de incluir seus filhos na sociedade sem que sofram nenhum tipo de retaliação, mas ao se deparar com a sociedade sobrecarregada de preconceitos terminam por optar em limitar a convivência dos seus filhos nos ambientes familiares. Com novos conceitos e conhecimentos, a postura vem se modificando ao ponto de estarem buscando os seus direitos para que, as crianças portadoras de deficiência tenham o mesmo espaço daqueles que não possuam nenhum tipo de deficiência.

[...] Alguns pais intuitivamente sabem que o ensino inclusivo aumenta as oportunidades de seu filho para ajustamento da vida”. (STAINBACK & STAINBACK, 1999. p. 23). Acredita-se que o primeiro sinal desse desenvolvimento escolar vem a partir de quando os filhos conseguem desenvolver novos comandos comunicativos aprendidos na escola. Cada aprendizado é notório desde uma expressão facial até um leve desenvolvimento motor.

Provavelmente, os espaços escolares não se apresentam de maneira convidativa, equipada, bem estruturada e acessível a todos, acredita-se que se fossem melhores projetados o processo de ensino-aprendizagem ocorreriam de maneira mais natural quando o aluno com deficiência e seus pais tivessem contato com um ambiente mais preparados as suas necessidades. Segundo Carvalho (2014), “ referente aos espaços físicos de aprendizagem ainda podem ser bastante melhorados, mais matérias, livros e murais interativos que estimulem o contato visual do aluno, o conforto do docente e seus discentes também poderiam ajudar neste processo, tal como, isolamento acústico, temperatura adequada e carteiras adaptadas para facilitar o contato individual do professor com seus alunos.” (CARVALHO, 2014, p.53).



Assim reafirmo, que o processo de aprendizagem se inicia com o olhar da pessoa com deficiência e seus familiares com os elementos visuais, palpáveis e sonoros que encontram – se presente nas escolas e nas salas de aula. Contudo, o pedagogo não deve limitar-se em um único método pois, até mesmo dentro da mesma deficiência existe uma necessidade diferenciada, cabe ao professor identificar a melhor didática a ser trabalhada.

Contudo, existe uma preocupação enorme em nomear responsáveis para a prática da inclusão, dispersando o foco e interesse em desenvolver os processos cognitivos dessas crianças para a socialização em salas de ensino regular. Podendo tirar como base a afirmação, Carvalho (2016) atribui essas responsabilidades da seguinte forma:

[...] escolas receptivas e responsivas, isto é, inclusivas, não dependem só e apenas dos seus gestores e educadores, pois as transformações que nela precisam ocorrer, urgentemente, estão intimamente atreladas às políticas públicas em geral e, dentre elas, às políticas sociais. (CARVALHO, 2016, p. 17).

Completo dizendo que a função do educador é, principalmente, garantir aos alunos a interação, o convívio e o respeito mútuo na sala de aula, para melhor desempenhar as suas atividades propostas em planejamento escolar, dando sentido e significações aos que lhe for ensinado.

Todas as crianças, jovens e adultos, em sua condição de seres humanos, têm direito de beneficiar-se de uma educação que satisfaça as suas necessidades básicas de aprendizagem, na acepção mais nobre e mais plena do termo, uma educação que signifique aprender e assimilar conhecimentos, aprender a fazer, a conviver e a ser. Uma educação orientada a explorar os talentos e capacidades de cada pessoa e desenvolver a personalidade do educando, com o objetivo de que melhore sua vida e transforme a sociedade. (Marco de Ação de Dakar, 2001, p. 8).

A partir do desenvolvimento educacional e social, a criança consegue adquirir as percepções necessárias de comunicação, contudo, os pedagogos não podem limitar-se a incluir essas crianças com o conhecimento específico, onde aprender a pedir o que comer ou beber seja suficiente, no momento em que a criança é estimulada seu desenvolvimento cognitivo pode ir além do esperado.

O ESTUDO DE CASO

Durante as observações feitas na escola particular, foram constatadas algumas contradições. Primeiro, foi permitido o acesso a apenas uma turma com inclusão, os demais



espaços, observei ao caminhar pela instituição, mas sem ter o acesso permitido. Ao solicitar a entrevista na escola, existiu uma recepção bastante calorosa, onde acreditava-se que a observação seria riquíssima, porém no dia da mesma, a entrevista não pôde ser realizada como deveria, ou seja, a coordenação pediu para responder às questões do roteiro como á um questionário e informou que o mesmo deveria ser feito da mesma forma pela professora.

Foi questionado a professora sobre a recepção e atividades desses alunos e a resposta dada foi que eles eram tratados com atenção para que os mesmos sentissem estar sendo tratados com igualdade em sala de aula, as atividades eram adaptadas às suas necessidades. Entretanto, observei que os mesmos não ficavam na sala de ensino regular, visto que a reação dos demais colegas era de euforia, ao ter a criança em sala no período em que estavam sendo observados.

A professora não possui especialização na área nem no período de graduação e, posteriormente, lecionando na instituição não foi ofertada nenhuma qualificação para atender de melhor forma as crianças matriculadas. Foi questionado também a acessibilidade para essas crianças e a mesma informou que a escola estava adaptada para recebê-los. No quesito evento, relatou que as crianças se faziam presentes em todos.

Quando questionada sobre como avaliava a aprendizagem dos alunos, respondeu com um simples “Bom”, não sabendo relatar com precisão qual o nível de aprendizagem os mesmos se encontravam ou quais métodos avaliativos utilizava. Visto que pôde-se observar que eles não ficavam sobre o acompanhamento desta professora e a auxiliar que os acompanhava tinha terminado o contrato com a instituição, não relatando o nível de desenvolvimento das crianças.

Direcionando as respostas da coordenação, algumas informações foram dadas provando a falta de conhecimento com relação sobre os transtornos e deficiências, uma vez que tratava de forma igual as mesmas. Como dito anteriormente, não foi possível ser questionada, apenas respondeu a próprio punho as perguntas elaboradas previamente.

Durante o questionário foi perguntado sobre a quantidade de alunos com deficiência matriculados na instituição e a mesma limitou-se ao que diz respeito ao Ensino Fundamental I, pois é de conhecimento visível, pelo menos mais um com Paralisia Cerebral, cursando a Educação Infantil.

Um dos questionamentos mais marcantes foi no que se diz respeito às adaptações feitas na escola para dar acessibilidade às crianças com deficiência, a resposta foi essa: “ Foi colocado tela na parte de cima, uma grade na sala especial por conta do aluno autista...”.



Relatou-se também que existia uma auxiliar para acompanhar as crianças em todas as atividades.

Um relato contraditório entre os funcionários foi a questão de preparação, pois a professora relatou não haver nenhum curso preparatório, já a coordenação informou que realizam palestras com especialistas, cursos rápidos e debates, cabia nesse momento ter a reação da resposta que não pôde ser obtida, uma vez que elas escreviam apenas.

A coordenação relatou também não adaptar os eventos para as crianças com deficiência o que entra em contradição com a informação prestada pela professora de que as crianças participavam efetivamente dos eventos, sabe-se que para algumas deficiências se faz necessário uma adaptação para garantir a presença dessas crianças, pois, mesmo querendo trata-las com igualdade eles necessitam de uma atenção especial.

Foi questionado também sobre projetos a serem realizados na escola atualmente ou futuramente, relatou que o projeto em questão é trabalhar a autoestima por meio de atividades, não se detalhou como seriam para melhor entendimento do leitor com relação ao desenvolvimento cognitivo das crianças.

Durante a observação na escola pública algumas coisas não foram tão diferentes, alguns relatos não esperados, com certeza, devido às restrições de verbas governamentais, porém com toda dificuldade percebe-se um vasto interesse dos funcionários em atender às crianças com deficiência da melhor maneira.

No decorrer da entrevista com a professora, percebe-se uma frustração em determinados momentos quando trata-se da formação continuada da mesma, onde ela apresenta um interesse imenso em atingir o mínimo de evolução com os alunos.

Foi relatado pela mesma que a turma onde leciona é atípica, pois a maioria são alunos com deficiência e numa turma de Educação de Jovens e Adultos. Disse também realizarem sempre um trabalho de acolhimento e fortalecimento do respeito às diferenças. As atividades são praticamente adaptadas em “grupos”, de acordo com as limitações cognitivas e habilidades de cada um.

Sobre sua formação na área de inclusão, relatou ter conhecimento básico durante a graduação e faz a diferença com busca de leituras na área e orientações da equipe pedagógica da Sala de Recurso, completou dizendo que, foram elaboradas oficinas de T.A. (Tecnologia Assitiva), ministrada pela Secretária que é mestranda na área, para os professores da instituição.



Quanto a cursos fornecidos pela Secretaria de Educação para formação da mesma, ela informou que poucos chegam ao seu conhecimento e ainda não teve como participar dos cursos pois, sua jornada de trabalho não lhe permitiu ausentar-se para agregar esses conhecimentos ofertados.

A metodologia para atender as crianças com deficiência, consiste em trabalhado com materiais concretos, como jogos prontos ou confeccionados para determinado grupo ou aluno, envolvendo a ludicidade e sempre a participação de todos os presentes em sala.

Quando tratou-se de acessibilidade, informou que no espaço físico não havia problemas porém, não existe preparo para os funcionários da instituição, faltam cuidadores e material para ser trabalhado com algumas deficiências, principalmente cegos e baixa visão.

A relação entre os colegas diz ser respeitosa, mesmo contendo deficiências diversas numa mesma sala, é trabalhado o amor e carinho entre eles. Os eventos proporcionados pela escola são para a participação de todos dentro da limitação que apresentam para o proposto.

Referente a avaliação dos alunos, a professora conseguiu esclarecer com precisão como acontece, mostrou que conhecia os alunos em sala e relatou que devido aos comprometimentos e limitações que apresentam, o rendimento é lento, porém existe sim a evolução de todos eles. Relatou que são tratados igualmente, sem privilégios ou privações.

Em entrevista com a coordenadora ele preferiu ser bem objetiva, atuando em dois turnos relatou apenas algumas situações, principalmente no que se refere às deficiências, algumas foram esquecidas ou preferiu não relatar.

A escola contém 35 (trinta e cinco) alunos com deficiência matriculados na instituição, com deficiências variadas e para atender aos alunos com uma determinada idade, informou ter sido necessário abrir turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos), onde a grande maioria possui deficiência. Além dessas adaptações em turmas, ocorreu mudanças no espaço físico da instituição, como rampas, banheiros adaptados e solicitação de cuidadores.

Quando questionada sobre atendimento individual para essas crianças a resposta da mesma foi: “Por lei, os alunos com deficiência têm direito ao AEE (Atendimento Educacional Especializado). Aqueles que desejam são matriculados na Sala de Recurso e desenvolvem trabalhos com a Psicopedagoga.”

Não existe auxiliar acompanhando as atividades dos alunos, apenas cuidadores para direcioná-los aos banheiros e no momento da alimentação. A instituição prepara seus



funcionários através de oficinas, mas não obriga a participação dos mesmos. Relatou possuir alunos que foram diagnosticados com deficiência após a matrícula na instituição, mas não relatou a deficiência nem mesmo o processo para o diagnóstico.

Ao ser questionada sobre o número de alunos com deficiência por sala, afirmou estar ciente que deveriam ser dois alunos por sala, mas nas turmas de EJA existem bem mais que o número permitido. Quanto aos projetos da instituição a mesma disse que a instituição tem como princípio a inclusão, assim todas as atividades abarcam as crianças com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das pesquisas alguns obstáculos tiveram que ser superados: na instituição privada ao invés de entrevista, optaram por responder o questionário, o resultado foi conclusivo ao final de tudo, na rede pública a observação e entrevista foram mais acessíveis. A realidade e as respostas em alguns momentos se contradiziam para algumas entrevistadas, o que alcança o resultado primórdio da pesquisa.

Como descrito anteriormente, as escolas ainda não estão preparadas para incluir, algumas integram as crianças com deficiências enquanto outras segregam. Durante toda a pesquisa bibliográfica pudemos construir um conhecimento sobre o que era a inclusão, como deveria ser a prática dentro da escola e nas salas de ensino regular. Poder encontrar uma professora que mesmo sem especialização na área procurou meios para atender aos alunos, que pelo governo, foram colados em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), por já possuírem uma idade avançada para serem matriculados em turmas de ensino regular, como mencionado, todos com deficiência, o que pela legislação é considerado segregação.

Portanto, pode-se considerar que nos dias atuais os docentes em sua maioria, mesmo não possuindo especialização na área, não podem se considerar incapazes, pois, existem outros meios para atender às necessidades de cada aluno, tenha ele deficiência física, intelectual ou algum transtorno. Percebeu-se que a instituição da rede pública mesmo possuindo limitações, sobretudo financeiras, tendo uma turma quase exclusiva para deficientes, ainda buscam elaborar projetos e encontrar meios para acompanhar as dificuldades dos alunos.

A instituição privada trouxe uma visão bastante comercial, das adaptações sofridas na sala especial, como foi relatado pela coordenadora e quanto à elaboração de



eventos adaptados que confirmou não realizá-los. Conclui-se que falta o entendimento do real significado de inclusão, de tratar o aluno com deficiência como igual, atender as limitações dessas crianças, não demonstrar exclusão, mas sim reconhecimento das habilidades de cada aluno e a participação e permanência dos mesmos na instituição e ascensão nos diversos níveis de ensino.

Diante de todo o processo de pesquisa as observações não foram aleatórias, pois, ao realizar as entrevistas e questionários, consegui relatar o que seria concreto e desejável comparando ao que havia sido respondido. Claramente, finalizo dizendo que para alcançarmos a inclusão ainda é preciso uma longa jornada, pois estamos nos deparando em alguns momentos com o desinteresse da instituição, da coordenação, da equipe pedagógica e principalmente dos docentes. Após essa mudança estaremos prontos para incluir, até lá no máximo estamos integrando as crianças com deficiência, apesar de toda exigência legal.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, UNESCO. **Educação para Todos: O Compromisso de Dakar**. Brasília, UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2001. Texto adotado pelo Fórum Mundial de Educação. Dakar, Senegal. 26 a 28 de abril de 2000.

<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>

Acesso em: out. 2017

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

KAUARK, Fabiana. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Itabuna : Via Litterarum, 2010.

MACEDO, Lino de. **Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos?**. 1ª ed. Artmed, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. 1ª ed. – Coleção Cotidiano Escolar.



PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 – **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Fausto Joaquim Moreira da. **A era da pós – deficiência**. Aracaju: Criação, 2014.

STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores**. Susan Stainback e William Stainback. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.